

O PROCESSO IMIGRATÓRIO E A FORMAÇÃO DA COLÔNIA FEDERAL IVAY NO INÍCIO DO SÉCULO XX

LUCIMARA KOSS*

Durante o século XIX e início do XX, o território brasileiro passou a ser cenário de atores das mais diversas nacionalidades. Espaço “praticado” por sujeitos que buscavam em terras distantes a construção de uma nova vida. Embalados pelas políticas imigratórias que visavam povoar os chamados “vazios demográficos”, assegurar a posse do território, estabelecer medidas de branqueamento, desenvolver o mercado interno, suprir a falta de mão de obra e a carestia de gêneros alimentícios, aportavam em terras brasileiras: alemães, italianos, poloneses, ucranianos, holandeses, franceses, japoneses entre outros. Estes sujeitos espalharam-se pelo território e formaram diversos núcleos coloniais, entre esses, o de Ivay, localizado no Estado do Paraná.

Grande parte das políticas imigratórias desenvolvidas, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, foram consequências de uma série de problemas e de mudanças sociais que afetaram a economia brasileira em diferentes períodos históricos. A escassez de gêneros alimentícios é apenas um desses fatores. Esta pode ser descrita como consequência do modelo econômico que foi adotado pelos primeiros colonizadores e que transpassou séculos. Modelo monocultor pautado no trabalho escravo visando o mercado externo. Foi assim principalmente com a produção do açúcar e do café.

Esses produtos foram produzidos em lavouras de grande extensão em diferentes temporalidades, mas visavam os mesmos objetivos: o mercado internacional. Dessa forma, concentraram grande parte da mão de obra atrofiando a diversificação da economia e o próprio desenvolvimento do mercado interno. Se por um lado, produzia-se um produto em grande escala para ser comercializado, por outro, faltavam braços trabalhadores que se dedicassem a produção dos mais variados gêneros alimentícios. Diante dessa situação, em vários períodos buscaram-se soluções que diversificassem a economia e garantissem a alimentação da população. Portanto, desde o início da colonização do Brasil, procuravam-se medidas para preencher os chamados “vazios demográficos”, assegurar a posse do território e diversificar a economia, no entanto, foi principalmente no século XIX que se desenvolveram políticas visando o povoamento das diferentes regiões do país, a renovação dos métodos

* Doutorando pela Universidade Federal do Paraná e bolsista CAPS.

agrícolas e das práticas do trabalho aviltadas pela escravidão. Com a instalação (povoamento) de trabalhadores livres a hegemonia política poderia ser consolidada, os métodos produtivos inovados, as práticas de trabalho renovadas, e de quebra haveria uma diversificação da economia brasileira que estava pautada principalmente na monocultura e no trabalho escravo.

Para resolver problemas como esses, o Brasil passou a ser cenário de propagandas que tinham como objetivos atrair imigrantes livres, *morigerados* e *laboriosos*. Além desses intuitos, as políticas imigratórias estavam camufladas pela ideia do branqueamento vendo no imigrante a solução para a tonificação tanto da raça, quanto do trabalho e dos métodos agrícolas. Conforme afirma Andreazza e Nadalin:

Em síntese, diretivas que nos apresentam numa tessitura complexa. Entremeado ora por uma ênfase na questão populacional, ora pelo realce na renovação das práticas de trabalho (o que deveria libertar o espírito criador), o discurso salientava a chegada do colono imigrante, livre, morigerado, laborioso, seja para a fazenda de café, vendendo sua força de trabalho (ou para contribuir nas tão necessárias “obras públicas”), seja como pequeno proprietário, para a ocupação de vazios demográficos e o fornecimento de gêneros de abastecimento de que a população urbana era tão carente. [...] Em outras palavras, nossa hipótese traduz uma certa determinação, ainda no período subsequente ao ciclo introdutório da chegada de estrangeiros no Brasil, da preocupação com o povoamento do território, articulada à substituição da mão-de-obra escrava, pela mão-de-obra livre. Porque, no fundo, o argumento era o mesmo – aliás, de difícil desvinculação: no início, a proposta de um imigrante branco, para tonificar a raça; em seguida, entremeando-se ao tema anterior, o imigrante europeu para tonificar o trabalho e a produção, desvirtuados pela escravidão e, por ricochete, pela população de cor (ANDREAZZA; NADALIN, 1994: 69).

A população brasileira era constituída em sua grande maioria por índios e negros. Essa composição étnica era vista como um problema porque se acreditava que o negro era um ser inferior e poderia levar a sociedade ao atraso. Desse modo, a partir do século XIX projetou-se no imigrante europeu livre, branco, pacífico, e trabalhador a solução para o desenvolvimento do país. Este deveria vir para povoar o território, diversificar a economia contribuindo para o desenvolvimento do mercado interno, oferecer mão de obra, assegurar a autonomia política, estabelecer o branqueamento da sociedade, inovar os métodos de produção agrícola, e acima de tudo para “tonificar” tanto a “raça” quanto o trabalho contribuindo para o progresso do país. Conforme afirma Lucia Lippi Oliveira: “o imigrante, além de vir preencher uma demanda de braços para o trabalho, teria o papel de contribuir para o branqueamento da população, ao submergir na cultura brasileira por meio da assimilação (OLIVEIRA, 2002: 10)”.

Embasado nessas premissas, em 1818 formou-se o primeiro núcleo colonial de imigrantes suíços em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. Analogamente no mesmo

período, constituiu-se a primeira colônia de alemães em Ilhéus na Bahia (BALHANA,1996). Um pouco mais tarde foram fundadas as primeiras colônias de imigrantes alemães no Sul do país, São Leopoldo em 1824 no Rio Grande do Sul, Rio Negro em 1829 no Paraná e Blumenau em 1850 em Santa Catarina.

A vinda de imigrantes se intensificou em meados do século XIX. Com a proibição do tráfico negreiro em 1850, a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871 e a abolição da escravidão em 1888, o Brasil enfrentava um grave problema de falta de mão de obra, principalmente na lavoura cafeeira em São Paulo. A mão de obra escrava deveria ser substituída por trabalhadores livres. Assim, a imigração esteve ligada principalmente na falta de braços trabalhadores nas lavouras de café, e ao chamado “vazio demográfico” que deveria ser preenchido por colonos¹ que trabalhassem na pequena propriedade agrícola de subsistência, suprissem o desfalque de alimentos causado pela concentração de trabalhadores na expansão da produção cafeeira, e diversificassem a economia brasileira.

Em busca de alternativas o governo passou a financiar os empreendimentos imigratórios para facilitar a vinda de imigrantes, concedendo o pagamento de passagens, compra e delimitação de terras aos recém-chegados. A escassez de mão de obra e de gêneros alimentícios fez com que o estímulo à imigração deixasse de ser exclusivamente realizada pelo governo imperial, e incluísse iniciativas privadas, provinciais e mais tarde estaduais. Muitos cafeicultores paulistas ajudavam a promover a vinda de imigrantes em função do interesse constante na obtenção de braços trabalhadores para suas lavouras.

Enquanto no Brasil necessitava-se de mão de obra, no outro lado do Atlântico, mais especificamente na Europa, em meio à concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários e a expansão do sistema capitalista, havia um excedente populacional que buscava trabalho e melhores condições de vida. Na Galícia², região de onde partiram grande parte dos imigrantes que se estabeleceram na Colônia Federal Ivay, parte da população lutava para sobreviver em meio ao domínio e concentração das terras nas mãos dos latifundiários da Áustria, Rússia e Prússia. Além disso, a expansão do capitalismo e das industriais trouxeram sérias consequências para muitas regiões europeias. O desenvolvimento tecnológico substituiu grande parte da mão de obra humana por máquinas, e acabou gerando uma massa de

¹Neste caso, na região Sul, define-se o termo colono como um pequeno proprietário de terras que vive da agricultura, e colônia como a junção destas pequenas propriedades agrícolas.

²Região localizada na Europa Centro-Oriental que pertencia ao Império Austro-Húngaro neste período e que atualmente faz parte da Polônia e da Ucrânia.

desempregados. Assim, enquanto a Europa passava por um processo de repulsão populacional, o Brasil desenvolvia políticas de atração.

De acordo com Maria Luiza Andrezza: “efetivamente, ao mecanismo de repulsão que se processou na Europa, correspondeu o processo de atração da imigração, não só desejado, mas, sobretudo necessário ao Estado Brasileiro (ANDREAZZA, 1995: 40)”. Desse modo, o Brasil passou a ser anunciado por agentes de companhias internacionais de imigração como um país promissor que esbanjava riquezas. Paralelamente a esse contexto, muitas pessoas que estavam à margem da sociedade europeia e viviam desempregadas ou em condições de servidão a uma pequena parcela da população detentora de terras e dos meios de produção, foram seduzidas a embarcarem para o Brasil na expectativa de melhoria de vida. Como afirma Andrezza: “esses deslocamentos eram motivados pela construção de uma nova realidade. Ninguém migra a longa distância sem que exista um impulso muito subjetivo, da esfera da esperança chamada por alguns de ilusão imigratória (ANDREAZZA, 1995: 14)”.

Segundo Ulisses Iarochinski os principais motivos da imigração de poloneses e ucranianos para a América esteve associado à perda do território para estas potências. Referindo-se ao território polonês, Iarochinski afirma que:

[...] Essa política de repressão comandada em conjunto pelos invasores causou enorme sentimento de revolta. As violentas revoluções em solo polaco contra o domínio invasor nos anos 1830, 1863, 1905 e 1920 praticamente expulsaram milhares de polacos para as Américas (Estados Unidos, Brasil, Argentina e Uruguai) [...] Nas terras ocupadas pela Prússia mais de 10% da população continuava resistindo ao domínio alemão, nas terras ocupadas pela Rússia viviam 5 milhões de polacos e sob o domínio austríaco estavam 16 milhões. As políticas de extermínio e expulsão polaca encontrou naquelas terras, além dos 51% já mencionados, outros 26% de operários agrícolas polacos na Galícia, ocupada pela Áustria e 31% na parte Russa. Como o contingente de pessoas era maior que as terras, grande parte dos trabalhadores rurais iam para outras regiões da Confederação Alemã [...] (IAROCHINSKI, 2000: 65).

Do mesmo modo Valdomiro N. Burko afirma que o domínio territorial exercido por estas potências trouxe sérias consequências para o povo ucraniano. Cansados de lutar por um espaço territorial e por melhores condições de vida, milhares de pessoas buscaram refúgio em outras terras, entre elas o Brasil.

Assim foram supressos, particularmente no território ocupado pela Rússia, todos os aspectos de autonomia da Ucrânia, ao passo que o povo ucraniano se viu reduzido ao mais baixo nível de sua vida nacional e social. Os confiscos dos bens, as deportações (já desde então) para a Sibéria, as prisões desumanas nos subterrâneos das fortalezas moscovitas, e enfim, as penas capitais, eram amplamente aplicadas aos ucranianos, que, segundo as intenções moscovitas, deveriam transformar-se em russos e ser exterminados (BURKO, 1963: 30).

Tanto os ucranianos quanto parte dos poloneses perderam a autonomia do uso do idioma de sua nação em escolas, igrejas e imprensa, foram pressionados a vender suas terras aos ocupantes, a adotar nomes e sobrenomes germânicos. Conforme Burko, “oprimidos por todos os meios pelos ocupantes da sua terra, muitos ucranianos procuraram, na medida do possível transferir-se para outros países, onde existisse liberdade, para ai (sic.) construírem seus novos, plácidos lares (BURKO, 1963: 39)”.

Impulsionados a se deslocarem para a América com a expectativa de tornarem-se proprietários de terras, “senhores de si”, ter a liberdade de usar o próprio idioma em escolas e igrejas e melhorar suas condições de vida, muitos imigrantes aportaram nessas terras. Porém, quando pisaram nesse território, depararam-se com uma realidade totalmente fora do imaginário projetado pelas propagandas. Conforme afirma Oliveira:

Agentes a serviço de sociedades de imigração anunciavam, em várias cidades europeias, o Brasil como terra de promessa. Recebendo uma porcentagem sobre o número de embarcados, essas figuras seduziam aqueles que, sem alternativas, embarcavam num sonho que muitas vezes se tornava um verdadeiro pesadelo (OLIVEIRA, 2002: 16).

Segundo Oliveira, “um período de imigração em massa da Europa para a América aconteceu entre 1870 e 1930. Estima-se que 40 milhões tenham atravessado o Atlântico migrando do velho para o novo mundo (OLIVEIRA, 2002:10).” Ainda conforme a autora, até o fim da década de 1930, o Brasil teria recebido um total de 3.523.645 imigrantes, “1.156.472 de italianos, 1.030.666 portugueses, 551.385 espanhóis, 112.593 alemães, 108.475 russos, 86.577 japoneses, 79.052 austríacos e 73.690 sírio-libaneses (OLIVEIRA, 2002: 24).” Desses números cerca de dois milhões e meio concentraram-se em São Paulo, entre esses: italianos, espanhóis, portugueses, japoneses, alemães e austríacos. O restante espalhou-se pelo território brasileiro, principalmente no sul do país.

Dentre os principais motivos que impulsionaram os povos que foram citados a emigrarem para o Brasil, destacam-se principalmente problemas tais como: crescimento populacional, falta de trabalho, questões religiosas e políticas, crise alimentar, falta de terra e guerras. Todos estes fatores contribuíram para que as políticas de povoamento desenvolvidas no Brasil no século XIX e XX tivessem êxito.

No caso do atual Estado do Paraná, este passou a receber um número significativo de emigrantes a partir de meados do século XIX, mais especificamente, após a emancipação da

província em 1853. Segundo Andreazza e Nadalin, “entre 1829 e 1911 instalaram-se no Paraná 85.537 colonos estrangeiros.” De acordo com os autores:

O cenário da imigração paranaense parece ter começado a tomar forma ao entrar no século XIX na sua segunda metade, mas já existia ingresso espontâneo de estrangeiros na cidade de Curitiba havia algum tempo (década de 1830). Como resultado, em 1850 eram contabilizados 153 imigrantes no município, representando 1,7% da população total, e quase 2% dos 7.861 indivíduos de condição livre [...] (ANDREAZZA; NADALIN, 1994: 70).

Nesta região a política emigratória esteve voltada principalmente para o estabelecimento de colônias que se dedicassem a uma cultura de abastecimento interno baseada na pequena propriedade agrícola. Um dos principais objetivos era instalar os emigrantes em minifúndios para suprir a carestia de gêneros e diversificar a economia. Conforme afirma Andreazza e Nadalin:

O recrudescimento da imigração a partir de 1870 traduziu-se, no Paraná, por um ambicioso programa governamental que visava instalar núcleos coloniais em volta de centros urbanos, com o objetivo precípua de resolver de uma vez a questão da carência de gêneros de abastecimento [...] (ANDREAZZA; NADALIN, 1994: 70).

A escassez de alimentos no Paraná também teve ligação com o modelo econômico monocultor voltado para o mercado internacional. Tradicionalmente, a economia do Paraná esteve inserida no mercado interno, devido à pecuária e, no externo, com a produção do mate.

A descoberta de ouro em Minas Gerais em fins do século XVII integrou a economia paranaense a economia brasileira contribuindo profundamente para o desenvolvimento do mercado interno e acima de tudo dos primeiros armazéns. Por outro lado, causou certo abandono de outras atividades prejudicando a produção de gêneros alimentícios. Diante da expectativa de enriquecimento fácil, muitas pessoas abandonaram suas atividades e voltaram-se para a mineração.

O aumento populacional em regiões como Minas Gerais contribuiu para o desenvolvimento de uma rede comercial endógena. Necessitava-se de meios para escoar a extração de metais e a produção de alimentos para saciar as pessoas que viviam em torno das Minas. Apesar de a mineração ter causado certo abandono da agricultura e escassez de gêneros alimentícios, muitas pessoas passaram a ver as regiões auríferas como grandes centros consumidores de suas mercadorias. Isto equivale tanto para o comércio de gêneros alimentícios quanto para o comércio de animais de força utilizados para o transporte. Conforme afirma Straforini,

Com a descoberta do ouro no final do século XVII, surge a necessidade de um meio de transporte que pudesse atender a demanda de importação e exportação de mercadorias. Inicia-se nesse momento a captura, criação e comercialização do gado muar, cavalariço e vacum nos campos de Curitiba (STRAFORINI, 2001: 27).

A necessidade e a procura de animais como meio de transporte passou a ser tanta que no século XVIII, Sorocaba se tornou um grande centro comercial. Essa importância se deu devido ao fato de em Sorocaba serem realizadas feiras anuais que atraíam compradores de todos os lugares e interligavam diferentes regiões do Brasil. É neste contexto que a economia sulina se integrou a relações econômicas mais amplas e contribuiu para o desenvolvimento do comércio interno.

O Sul passou a ser um grande fornecedor de muares para serem comercializados nas feiras de Sorocaba. Grandes quantidades de animais que eram vendidos principalmente para os compradores de Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro, provinham dos campos criatórios do Rio Grande do Sul e do Paraná.

No caso do Paraná, se por um lado a pecuária integrava-o ao centro comercial brasileiro, por outro, contribuía para a escassez de gêneros alimentícios. Grande parte das pessoas passou a se dedicar a pecuária deixando a agricultura em segundo plano. De acordo com Carlos Roberto Antunes dos Santos:

No Paraná, a partir da 2ª metade do século XVIII, não havia sido estabelecida uma estrutura produtora de alimentos voltada a suprir as necessidades da população. A base da economia continuava sendo a criação e o comércio do gado, sendo que os campos de Curitiba, onde vai crescendo e multiplicando cada vez mais o gado, encontram-se então muito bem situados: próximos aos mercados de Sorocaba, eram passagem natural obrigatória para toda a exportação sulina. É possível constatar, para este período, a existência de cerca de 52 grandes fazendas ao longo do caminho das tropas que passavam os Campos Gerais (SANTOS, 1995: 23-24).

A crise de alimentos se agravou principalmente a partir da segunda década do século XIX. Neste período a economia ficou centrada basicamente em duas grandes atividades: a pecuária e a extração da erva-mate. À medida que a exportação do mate aumentava, principalmente para o mercado do Prata, maior era o número de pessoas que se voltavam para esta atividade e automaticamente abandonavam a produção de subsistência. Conforme afirma Santos:

Certa euforia proveniente da economia do mate e da pecuária desestimulava o trabalho agrícola, provocando o abandono da produção da subsistência em escala comercial. Os agricultores, diante dessa situação, se limitaram a produzir apenas o suficiente para o sustento de sua família (SANTOS, 1995: 30)

Diante desse processo, muitos produtos passaram a ser importados de outras capitâneas e do exterior. Contudo, o problema da escassez só começou a ser resolvido na segunda metade do século XIX com as chamadas políticas imigratórias. Os presidentes da província viam no imigrante a solução para a diversificação econômica e para o abastecimento urbano. Estes deveriam ser instalados em pequenas propriedades agrícolas e se dedicar a agricultura de subsistência produzindo alimentos tais como: trigo, milho, feijão, mandioca, entre outros. Por um lado supriam a escassez de gêneros alimentícios e por outro contribuíam para o desenvolvimento do mercado interno.

Apesar da busca de diversificação econômica ser o principal fator que impulsionou o desenvolvimento de políticas imigratórias no Paraná, também havia o intuito de preencher o chamado “vazio demográfico”, assegurar a posse do território, suprir a escassez de mão de obra, inovar as técnicas produtivas para aumentar a produção de gêneros alimentícios, assegurar a autonomia política e o desenvolvimento da província. Conforme afirma Andrezza e Nadalin, o processo imigratório no Paraná esteve ligado aos seguintes fatores:

Em primeiro lugar, o fato de que o impasse constituído pela ameaça de extinção do sistema escravista permeava o tema da imigração e da colonização. No caso paranaense, é possível que este problema não fosse tão saliente, na medida em que a economia local não estava alicerçada unicamente na mão-de-obra escrava. Contudo, a transição concernente implicava uma transformação cultural a respeito do trabalho e, neste sentido sim, adquiria relevo e articulava-se intimamente à problemática da imigração. Segundo, quanto à lavoura de subsistência, constatava-se uma evidente precariedade nos métodos e no volume da produção de gêneros alimentícios. Em outros termos, a sociedade paranaense continuava a sua aguda crônica crise de abastecimento, e para isso ansiava renovar as práticas do trabalho, milagre que, conforme a elite local, só o braço estrangeiro, proprietário e livre, conseguiria. Finalmente, o Paraná era uma província que recebera sua emancipação política há pouco tempo e que via na ocupação territorial uma forma de garantir seu espaço político. As disputas fronteiriças foram momentos importantes nesse processo, mas não é possível esquecer que se buscava na realidade resolver uma questão demográfica; ou seja, o governo do Paraná procurava preencher um modelo de população [...] (ANDREAZZA; NADALIN, 1994: 67-68)

Por trás de todas essas questões que evoluíram o desenvolvimento das políticas imigratórias, formaram-se colônias através de iniciativas estaduais e particulares. Um dos núcleos colônias formado por iniciativa particular do médico suíço João Maurício Faivre em 1847, foi a Colônia Thereza. Essa foi povoada por imigrantes franceses e hoje se constitui na localidade de Tereza Cristina, Município de Candido de Abreu. Além dessa, entre as primeiras colônias de imigração criadas no Paraná, tanto por iniciativas privadas quanto estaduais, estão: Superaguy fundada em 1852 por iniciativas do suíço Carlos Perret Gentil, Argelina em 1869 e Rio Negro em 1829 (IAROCHINSKI, 2000: 74).

Dentre os povos que se estabeleceram no Paraná, no interior da grande imigração, estão: alemães, poloneses, ucranianos, italianos, holandeses, franceses, ingleses, sirio-libaneses, entre outros. Os alemães foram os pioneiros estabelecendo-se na colônia de Rio Negro em 1829. Durante o processo migratório após a Segunda Guerra Mundial, esses se concentraram principalmente em Terra Nova, Curitiba, Entre Rios, Witmarsum. Os poloneses chegaram ao Paraná por volta de 1871. Primeiramente estes migraram de Santa Catarina e estabeleceram-se em Pilarzinho e Abranches. Posteriormente novas levas de imigrantes chegam ao Brasil e são formadas novas colônias como: Irati, Ivay, Orleans, Santa Cândida, União da Vitória, Mallet, Reserva, Rio Azul. Os ucranianos chegaram ao Estado do Paraná em fins do século XIX. Estabeleceram-se principalmente em regiões como: Prudentópolis, Curitiba, Apucarana, Guarapuava, Lucena, Rio Claro, Dorizon, Jangada, Mallet, Ponta Grossa, Ivay. Os holandeses na região de Carambeí, Castrolanda e Arapoti. Os italianos principalmente em Alexandria, Morretes e Curitiba onde criaram colônias como Alfredo Chaves, Santa Felicidade, Nova Tirol e Senador Dantas. Os japoneses fixaram-se principalmente no norte do Estado.

Dentre essas colônias que foram fundadas durante o século XIX e início do XX, esse estudo volta-se para a Colônia Federal de Ivay. Essa foi formada na primeira década do século XX por iniciativas do governo que visavam povoar o território, contribuir para o desenvolvimento do país e produzir gêneros alimentícios. Portanto, insere-se principalmente nas políticas de diversificação da economia brasileira e, sobretudo paranaense, contribuindo para o desenvolvimento do mercado interno.

A Colônia Federal de Ivay foi fundada no Paraná em 1907 a 200 km da capital Curitiba e 87 km de Ponta Grossa. A mesma estava vinculada ao município de Ipiranga e possuía dois núcleos populacionais, um denominado Calmon e outro São Roque. A partir deste período, este território que já era ocupado por índios e afrodescendentes, passou a ser denominado Colônia Federal Ivay. Permaneceu assim até 10 de junho de 1961. Nesta data ocorreu o desmembramento de Ipiranga e através da lei Estadual n.º4382³, foi criado o município de Ivaí.⁴ Geograficamente ele está situado na região Sudeste do Paraná. Seu território é de 608 km² e atualmente possui cerca de 12.815 habitantes⁵.

³ Arquivos da prefeitura municipal de Ivaí (A.P.M.I.).

⁴ Em função de preservação da grafia das fontes, neste trabalho optou-se por utilizar Ivay referindo-se ao período em que foi colônia, e Ivaí para referir-se ao período em que a colônia tornou-se município.

⁵ Hhp://www.Ibge.gov.br/cidadesat/default/. php. Acesso em 06 de agosto de 2011.

Os primeiros ucranianos e poloneses chegaram a esta região na primeira década do século XX. Além destes, também se estabeleceram nesse espaço: alemães, italianos e holandeses. Quando os primeiros imigrantes chegaram, essa região já era habitada por índios e afrodescendentes como afirma Amilton Ferrera:

Meus pais são daqui do Rio do Meio [...] Minha avó era baiana. No tempo dos cativos minha avó veio de lá da Bahia, mas meu avô por parte do meu pai era Ferrera. Então quando ela veio da Bahia o dono desse pedaço aqui em São Roque já estava com 110 anos e morreu com 121. Os imigrantes vieram depois disso, bem depois disso [...].⁶

Segundo fontes orais, os afrodescendentes chegaram por volta da segunda metade do século XIX. Estes se estabeleceram em locais onde mais tarde foi formado o núcleo populacional de São Roque e a comunidade de Rio do Meio. Atualmente no ano de 2013, esses dois espaços com concentração de negros são reconhecidos como redutos quilombolas.

Durante o processo migratório o mapa dos primeiros lotes foi construído pelas autoridades paranaenses como se a população afrodescendente não existisse nestes lugares. O mesmo equivale para os relatórios que foram escritos pelo zelador⁷ da colônia Rogaciano Antunes Ribeiro. Nestes documentos não consta que o núcleo populacional de São Roque foi estabelecido sobre uma terra que já era habitada. Nota-se algo semelhante nos recenseamentos. O zelador citou o número de imigrantes que residiam na colônia por nacionalidade: ucranianos, poloneses, russos, austríacos, italianos, alemães, suíços e holandeses. Além dessas nacionalidades há somente a de brasileiros. A população negra não aparece nesses documentos e podem estar incluídos nessa última categoria, uma vez que nessas fontes não há definições de quem seriam estes brasileiros.

De acordo com dados extraídos do censo redigido em 31 de dezembro de 1915, em Ivay viviam aproximadamente 84 alemães, 2.560 austríacos⁸, 590 russos, 18 holandeses, 471 brasileiros e 5 suíços. Somando um total de 3.257 imigrantes e uma população de

⁶ FERRERA, Amilton. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 11 de setembro de 2011.

⁷ Em Ivay o zelador tinha a função de coletar dados referente a colônia e repassar essas informações ao presidente do Estado. Assim, o Governo teria ciência das condições em que se encontrava a colônia.

⁸ Entre os austríacos e russos não se sabe qual é o número exato de ucranianos e poloneses que se estabeleceram na Colônia Federal Ivay. Muitos destes imigrantes eram registrados nos portos de embarcação como austríacos, russos ou alemães. Isto dependia da localização geográfica em que eles viviam e da nação que dominava o território, os passaportes eram extraídos conforme a potência de ocupação. Em algumas regiões de onde os imigrantes ucranianos e poloneses partiram como a Galícia localizada na Europa Centro-Oriental e que hoje faz parte da Polônia e da Ucrânia, estavam sob o domínio da Rússia e do Império Austro-Húngaro, não havendo uma distinção entre estas duas etnias na hora do embarque. Muitos ucranianos e poloneses tiveram seus passaportes extraídos como russos ou austríacos, e em muitos casos foram classificados dessa forma.

aproximadamente 3.728 habitantes. 171 pessoas residiam na sede da colônia e 3.527 em lotes rurais estando distribuídas da seguinte forma:

Tabela 1 – Relação dos colonos residentes em lotes urbanos e rurais até 31 de dezembro de 1915.

Nacionalidade	Residentes na sede				Residentes em lotes rurais			
	Famílias	Pessoas	Homens	Mulheres	Famílias	Pessoas	Homens	Mulher.
Alemão	0	0	0	0	13	84	46	38
Austríaco	26	122	63	59	451	2.438	1.251	1.187
Russo	1	2	1	1	108	558	316	272
Holandês	0	0	0	0	3	18	8	10
Brasileiro	10	42	19	23	81	429	256	173
Suíço	1	5	4	1	0	0	0	0
Total	38	171	87	84	656	3.527	1.877	1.680

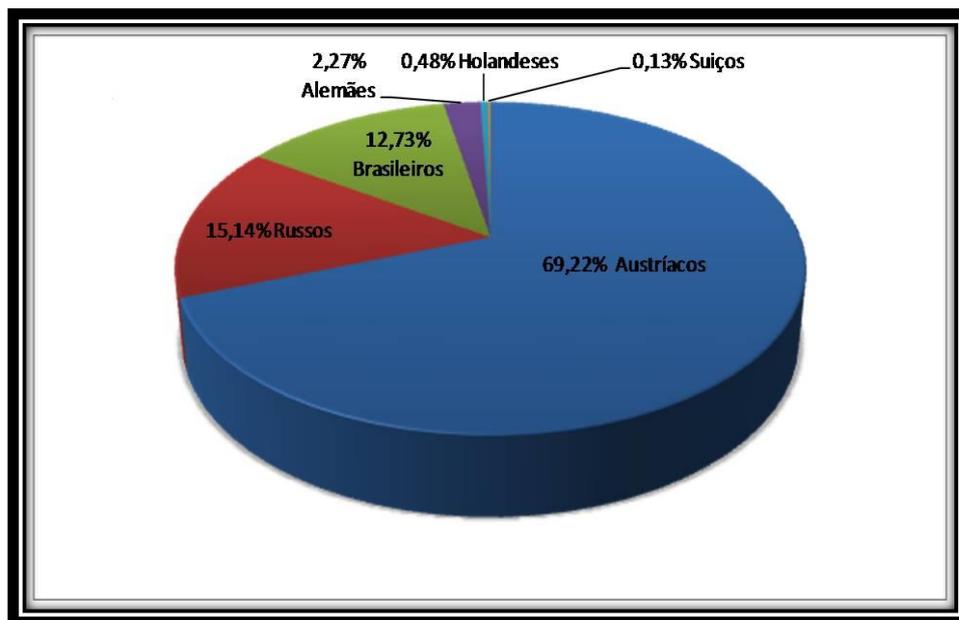
Fonte: RIBEIRO, Rogaciano Antunes. Recenseamento da população do Núcleo Colonial Ivay realizado em 31 de dezembro de 1915. Localização do recenseamento: arquivo da prefeitura municipal de Ivaf (A. P. M. I.). Org.: KOSS, Lucimara. 2012.

Embasando-se nos dados da tabela acima, percebe-se que grande parte dos imigrantes que formaram a colônia Ivay, eram provenientes das regiões europeias que estavam sob o domínio do Império Austro-Hungaro. Estes poderiam ser tanto ucranianos quanto poloneses porque foram registrados como austríacos. Vieram em maior número e a maioria se estabeleceu em lotes rurais. O que atesta uma maior concentração de eslavos na colônia.

Além dos estrangeiros, o recenseamento indica que a colônia dispunha de um conjunto populacional classificado como brasileiros. Assim como não havia uma distinção entre ucranianos e poloneses que englobavam a soma dos austríacos, da mesma forma não havia uma diferenciação de quem seriam esses brasileiros. Não há uma especificação se eram brancos, caboclos, indígenas ou descendentes de africanos. Essas informações ficam claras no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Composição populacional da Colônia Ivay – 1915.⁹

⁹ Este gráfico foi construído embasado nos dados do recenseamento da população do Núcleo Colonial Ivay, redigido pelo zelador Rogaciano Antunes Ribeiro em 31 de dezembro de 1915. Localização do recenseamento: A.P.M.I.



De acordo com o gráfico acima, observa-se uma presença maciça de imigrantes oriundos das regiões dominadas pelo Império Austríaco. Estes poderiam ser tanto poloneses quanto ucranianos. O mesmo equivale para os russos que poderiam ser poloneses, ucranianos, alemães entre outros. Essa indefinição étnica apresentada nos censos pelo zelador, também aparece na categoria brasileira que poderiam ser pessoas dos mais variados fenótipos. Portanto, essas categorias construídas no gráfico podem ser enganosas, pois dentro desses grupos os indivíduos podem tomar as mais variadas distinções étnicas e socioculturais. Apesar da superioridade de imigrantes eslavos descritos como austríacos, mesmo que em pequena quantidade de diferenciação étnica e levando em conta a baixa densidade demográfica, o gráfico denota heterogeneidade na colônia. A sede da colônia concentrava uma população pequena. Isto é visível nos dados da tabela um que soma 38 famílias e um total de 171 pessoas.

As 10 famílias brasileiras tinham uma média de 4,2 indivíduos cada e as 26 famílias austríacas uma média de 4,6 indivíduos. Esses dados mostram que eram famílias pequenas. No caso das famílias austríacas esse número pode estar relacionado à recente imigração de casais jovens com uma média inferior a três filhos.

Em contraponto a sede, a população rural era bastante significativa apresentando um número de 3.527 pessoas. Além da relevância numérica há uma grande variedade étnica no interior do núcleo colonial. A média de indivíduos por família era de 6,4 para os alemães, 5,4 para os austríacos, 5,1 para os russos, 6 para os holandeses e 5,29 para os brasileiros. Esses

números acima de 5 membros por família mostram uma característica do mundo rural em que os filhos eram a mão de obra principal das famílias. A superioridade numérica de austríacos é esmagadora, pois estes contabilizam número superior mesmo que se somem todas as outras etnias (vale lembrar aqui, a origem eslava, ucraniana e polonesa, desse grupo que chega ao Brasil como austríaco. Se levarmos em conta que algumas famílias russas e até alemãs, podiam ser na verdade ucranianas ou polonesas essa superioridade é ampliada significativamente).

O equilíbrio numérico entre homens e mulheres apresentado na tabela, pode estar relacionada à intenção do governo de fixar famílias, aumentar o contingente populacional e ampliar a área cultivada, para tanto não era interessante uma desproporção entre os sexos, ou seja, a vinda dos imigrantes foi dirigida e não era adequada uma população eminentemente masculina ou feminina. Eram necessários casais ou um número equitativo entre homens e mulheres.

Além das nacionalidades descritas no censo da tabela 1, em 1918 passaram a se radicar em Ivay imigrantes de outras origens, entre elas italianos. Nesse ano entraram mais nove famílias austríacas (32 pessoas), quatro famílias russas (20 pessoas), uma família italiana (2 pessoas) e duas famílias de brasileiros (12 pessoas). Neste período a colônia possuía 3.854 habitantes.¹⁰ De acordo com o recenseamento geral da população realizado em 1918, desse número 484 pessoas estão registradas como brasileiras, 40 alemãs, 2.667 austríacas, 21 holandesas, 10 italianas, 627 russas e 5 suíças.¹¹ A tabela logo abaixo mapeia a entrada de imigrantes e migrantes em Ivay nos seguintes períodos:

Tabela 2 – Entrada de imigrantes e migrantes no Núcleo Colonial Ivay.

NACIONALIDADE	NÚMERO DE ENTRADA DE IMIGRANTES E MIGRANTES POR PERÍODO					
	1915	1918	1919	1922	1923	1924
Alemães	-	-	-	-	-	04
Poloneses ¹²	-	-	129	39	64	54

¹⁰ Dados extraídos do registro de entrada de imigrantes realizado durante o ano de 1915 pelo Zelador do Núcleo Colonial Ivay. Localização do registro: Arquivo da Prefeitura Municipal de Ivai.

¹¹ Dados extraídos do recenseamento geral da população do Núcleo Colonial Ivay, realizado em 1918 pelo Zelador da Colônia Rogaciano Antunes Ribeiro. Localização do recenseamento: A. P. M. I.

¹² Entre a denominação de entrada dos imigrantes como poloneses austríacos e russos, não se sabe quantos eram ucranianos e quantos eram poloneses. Em alguns arquivos os imigrantes estão registrados como poloneses e em outros como austríacos. Nota-se na tabela que nos anos em que aparecem poloneses não aparece o registro de

Russos	06	20	-	-	-	-
Holandeses	-	-	-	-	-	03
Italianos	-	2	-	-	-	-
Austríacos	29	32	-	-	-	-
Brasileiros	43	12	25	-	2	01
Total	79	66	154	39	66	62

Fonte: RIBEIRO, Rogaciano Antunes. Registros de entradas de imigrantes e migrantes. Localização dos registros: A. P. M. I. Org.: KOSS, Lucimara. 2012.

Na tabela 2 há uma relação das pessoas que se fixaram na colônia entre 1915 a 1924.¹³ Levando-se em conta a tabela 1, nota-se que a entrada de imigrantes se deu principalmente em um período anterior a Primeira Guerra Mundial. Até 1915 havia uma população de aproximadamente 3.527 habitantes, e de 1918 a 1924 (período pós-guerra) entram apenas 387 imigrantes. Alemães só foram registrados em 1924, vários anos depois do final da guerra.

Algo similar acontece com os austríacos, pois o Império Austro-Húngaro era aliado dos alemães, após 1918 não entram mais austríacos na Colônia. É interessante perceber que quando acaba a guerra somem os dados referentes aos austríacos e aparecem os poloneses (intrigante, ainda que plenamente justificável, é a inexistência da denominação ucraniana nos dados levantados). Assim como o sumiço de pessoas que declaravam, pela nacionalidade, pertencerem ao Império Austro-Húngaro, não existe após 1918 a entrada de russos. No caso da Rússia, o país havia passado em 1917 pela Revolução Russa e com a instalação do regime socialista a saída de pessoas para outros países poderia estar sendo dificultada ou até proibida.

Em meio a estas confusões nas denominações em relação à nacionalidade dos imigrantes, as tabelas 1 e 2, apresentam uma “colcha de retalhos étnica” e que cada vez mais é ampliada. Por isso mesmo, em Ivaí não se pode falar de identidade, cultura e espaço no singular, essas definições são sempre plurais.

Os dados populacionais apresentados tanto pelo gráfico quanto pelas tabelas permitem fazer algumas conclusões. Os mesmos mostram a quão multifacetada era a população da Colônia Federal Ivay. Mostram uma dinâmica econômica, sociocultural e étnica enorme. Tanto no interior da colônia como em sua sede não há um único grupo residente. Observa-se

austríacos, e quando há o registro de entrada de austríacos em determinados anos, não há o registro de entrada de poloneses. Não havia uma divisão entre as duas etnias.

¹³ A ausência de dados para os anos de 1916 e 1917, esta relacionada a falta de documentação referente a este período.

uma maior quantidade de austríacos (cuja indistinção étnica já foi ressaltada), mas isso não dá um caráter unívoco a esta colônia. A tabela 1 (residentes na sede e residentes na área rural) mostra com clareza o esforço do governo em ocupar os espaços “vazios” e fixar os imigrantes em pequenas propriedades agrícolas para produzir gêneros alimentícios. Portanto, a intenção não era formar um núcleo urbano, mas sim desenvolver a colônia Federal Ivay para que a mesma contribuísse com a diversificação econômica, produção de alimentos, desenvolvimento do mercado interno, entre outros fatores.

FONTES

Hhp://www.Ibge.gov.br/cidadesat/default/. php. Acesso em 06 de agosto de 2011.

Planta do núcleo colonial Ivay de 1912. Localização: Instituto Ambiental do Paraná.

_____*Recenseamento da população do núcleo Ivay em 31 de dezembro de 1915*. Localização do arquivo: prefeitura Municipal de Ivaí (A. P. M. I).

_____*Registros de entradas de imigrantes e migrantes*. Localização dos registros: A. P. M. I.

_____*Registro de saída de imigrantes de 1915*. Localização do arquivo: A.P.M.I.

_____*Relatório enviado ao presidente da província em 1915*. Localização: A. P. M. I.

FERRERA, Amilton. *Entrevista* concedida a Lucimara Koss em 11 de setembro de 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANDREAZZA, Maria Luiza. *Paraíso das delícias: um estudo da imigração ucraniana – 1895-1995*. Curitiba: UFPR, 1995.

ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Campinas, 11. 1994.

BALHANA, Altiva Pilatti. *Política imigratória do Paraná*. Revista paranaense de desenvolvimento. Curitiba, n. 87, jan/abr.1996.

BURKO, Pe. Valdomiro N. *A imigração ucraniana no Brasil*. 2. ed. Curitiba: Universidade Internacional de Estudos Sociais “Pro Deo”, monografia de Especialização. Roma, 1963.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Defil, 1989.

IAROCHINSKI, Ulisses. *Saga dos polacos: a Polônia e seus imigrantes no Brasil*. Curitiba, 2000.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes. *História da Alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SPRINYAK, Carlos Eduardo. *Tropas em marcha: O mercado de Animais de Carga no Centro-Sul do Brasil Imperial*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

STRAFORINI, Rafael. *No caminho das tropas*. Sorocaba, SP: TCM, 2001.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.